



**UM ESTUDO COMPARADO
DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ALFABETIZAÇÃO
PARA JOVENS E ADULTOS
NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E NA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA**

ANTENOR DA FRANÇA JÚNIOR – UFPR¹
aanteninha@ibest.com.br

ROSE MERI TROJAN – UFPR²
rosetrojan@uol.com.br

Financiamento: Fundação Araucária

Resumo: Este artigo identifica as questões preliminares da pesquisa em andamento sobre as políticas educacionais de alfabetização para jovens e adultos na República Federativa do Brasil e na República Bolivariana da Venezuela. A educação comparada tem um caráter avaliativo e prospectivo, pois possibilita analisar os impactos das políticas educacionais e identificar soluções para os problemas de cada país, contribuindo para o planejamento da educação. O analfabetismo, ainda hoje é um grave problema social, atinge a maioria dos países, em menor ou maior escala, principalmente nos países menos desenvolvidos. Isto não tem sido diferente na América Latina como um todo e esse problema tem se mostrado de forma perversa junto à população pobre e excluída socialmente da garantia dos seus direitos, assim a alfabetização pode abrir portas que possibilite a melhora de vida, de saúde e oportunidades de crescimento intelectual e profissional do indivíduo no exercício de sua cidadania plena e no cumprimento da justiça social. A oferta da educação de jovens e adultos tem sido uma preocupação constante dos governos na aplicação de

¹ Mestrando em Educação – Linha de Pesquisa Políticas Educacionais – PPGE – UFPR. Bolsista CAPES DS – Pesquisador NUPE, GEPEC – PPGE – UFPR. Professor de Sociologia da Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos – SEED – PR.

² Doutora em Educação – UFPR. Professora do PPGE – UFPR – Linha de pesquisa Políticas Educacionais. Professora da graduação no curso de Pedagogia – Disciplina Educação Comparada – Setor de Educação – UFPR. Pesquisadora do Nupe, Coordenadora do GEPEC – UFPR e do CEAPE – Centro de Assessoramento Pedagógico – Setor de Educação – UFPR. Membro da Sociedade Española de Educación Comparada. Pós-Doutorado – Universidade de Salamanca – Espanha.

políticas que resgatem o direito negado a essa população no passado. O Brasil conta atualmente com 14 milhões de analfabetos, apesar de investir nos últimos dez anos em amplas políticas sociais, em especial as políticas educacionais, a partir do governo Lula e com continuidade no atual governo Dilma Rousseff, não deve mesmo assim diminuir de forma relevante este número até 2015, ano previsto para a redução da metade do percentual de analfabetos no país. A Venezuela foi declarada pela Unesco, em 2005, território livre do analfabetismo tendo adotado o método cubano “Yo si puedo” e através de um programa organizado em “missões” atingiu este feito. Diante do exposto, este artigo tem como objeto de investigação um estudo comparado das políticas educacionais de alfabetização para jovens e adultos analfabetos no Brasil e na Venezuela. O recorte temporal está compreendido entre os anos de 2003 a 2008, durante os governos Lula e Chávez. Tal investigação tem como objetivo geral comparar a implementação e os impactos das políticas educacionais de alfabetização, estabelecendo relações entre os dados estatísticos (taxa de analfabetismo absoluto, quantidade populacional, etc) e os recursos investidos, por meio de análise documental e bibliográfica. Os marcos legais para esse estudo no Brasil se refere a: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, Plano Nacional de Educação – PNE de 2001 e o Decreto nº 4834 de 8 de setembro de 2003, que cria o Programa Brasil Alfabetizado. Como marcos legais de estudo para a Venezuela, serão utilizados documentos com base na Constituição Federal de 1999, Lei Orgânica de 1980, decretos-lei que versam sobre as missões educativas e a Lei Nacional de Juventude de 2002. Esse artigo aponta as políticas adotadas pelos dois países, a fim de mapear semelhanças e diferenças que possam interferir nos resultados obtidos. A pesquisa está sendo desenvolvida a partir de uma perspectiva ética, crítica e dialética. São inúmeros os questionamentos que podem provocar distintas posturas e decisões em relação à erradicação do analfabetismo: Onde se localiza o foco da desarticulação entre sujeitos que estão fora do processo escolar e a ação do Estado, que deveria garantir o acesso à escola, com permanência e qualidade de ensino? É a evasão escolar que não garante a permanência do aluno por “n” problemas dentro e fora dos muros escolares? É a ausência de políticas articuladas entre si que venham garantir qualidade de vida ao educando assim garantir também qualidade do ensino? É a ausência de integração entre educação básica e a modalidade da educação de jovens e adultos? Ou, por fim, é a falta de financiamento que inviabiliza o cumprimento da política pública? A resposta afirmativa a todas as perguntas enunciadas revela possíveis hipóteses da pesquisa com relação à erradicação ou diminuição das taxas de analfabetismo no Brasil e por quais caminhos a Venezuela conseguiu tal magnitude. Assim, estudos comparados em educação ajudam a revelar os problemas da escola e da educação como um todo em uma determinada sociedade a partir do olhar de fora. Dessa forma, podem vir a contribuir na formulação de políticas para a eliminação ou a diminuição dos diversos males que afligem a educação e contra as várias mazelas sociais, no que diz respeito à erradicação do analfabetismo ou ao menos à diminuição das altas taxas de analfabetismo. A comparação torna-se um bom instrumento para conhecer melhor o próprio sistema educacional. O conhecimento é o resultado dialético do processo que se realiza entre o sujeito que aprende e o objeto que é apreendido. Para tanto, trocas

de experiências sobre políticas educacionais, são fundamentais para o sucesso da implementação de políticas que buscam eficiência, eficácia e efetividade, onde mais importante do que o ponto de partida é o ponto de chegada na promoção da igualdade entre todos os cidadãos. Como possível resultado final da pesquisa em andamento a intenção é identificar políticas e ações que permitam responder a questão: Quais são as “lições de casa” que o Brasil pode tomar como exemplo para a redução ou diminuição das suas taxas de analfabetismo a partir das políticas adotadas pela Venezuela?

Palavras-chave: Educação Comparada. Educação de Jovens e Adultos. Políticas Educacionais.

"Ser culto es el único modo de ser libre"
José Martí

O analfabetismo ainda é um grave problema social que atinge o mundo, principalmente nos países menos desenvolvidos. Esse problema tem se mostrado de forma perversa junto à população pobre, excluída socialmente da garantia dos seus direitos. Segundo a UNESCO, “a alfabetização abre as portas para melhores condições de vida, melhoria da saúde e oportunidades de crescimento”, porém ainda em 2008 “pouco menos de 798 milhões de adultos não tinham competências básicas de alfabetização” (UNESCO, 2011). O Brasil, com um total de 14 milhões de analfabetos em 2008 segundo dados da UNESCO (2011), pertence ao grupo E-9³ composto de nove países com o maior contingente de analfabetismo no mundo.

Diante do exposto acima, este artigo tem como objeto de investigação um estudo comparado das políticas educacionais na educação básica, modalidade da educação de jovens, adultos e idosos analfabetos ou com pouca escolaridade, na República Federativa do Brasil e na República Bolivariana da Venezuela. O recorte temporal está compreendido entre os anos de 2003 a 2006, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez. Tal investigação tem como objetivo comparar a implementação e os impactos das políticas públicas destes dois

³ Pertencem a este grupo os países: Brasil, Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão. (UNESCO, Relatório de Monitoramento de EPT no Brasil, 2008). Em 2011, a UNESCO informou em seu Relatório de Monitoramento Global EPT que a República Democrática do Congo contabiliza 11 milhões de analfabetos e a Etiópia 29 milhões de analfabetos, não citando o México entre os 10 países onde vive a maioria dos adultos analfabetos.

territórios da América Latina, estabelecendo relações entre dados estatísticos (taxa de analfabetismo absoluto, quantidade populacional, etc) e recursos investidos, por meio de análise documental e bibliográfica.

Os marcos legais utilizados para esse estudo no Brasil se referem a: Constituição Federal (BRASIL, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2001) e o Decreto nº 4834 de 8 de setembro de 2003, que “cria o Programa Brasil Alfabetizado, institui a Comissão Nacional de Alfabetização e a Medalha Paulo Freire, e dá outras providências” (BRASIL, 2003), cuja meta deste programa no período de 2003 a 2006 era alfabetizar:

- 2003: 1.668.253 jovens e adultos;
- 2004: 1.717.229 jovens e adultos;
- 2005: 2.049.059 jovens e adultos;
- 2006: 2.000.000 jovens e adultos (estimativa)⁴.

Como marcos legais de estudo para a Venezuela, foram utilizados documentos com base na Constituição Bolivariana (VENEZUELA, 1999), Lei Orgânica de 1980 e Lei Orgânica de 2009, e decretos-lei que versam sobre as missões educativas e a Lei Nacional de Juventude (VENEZUELA, 2002), que constituirão a base de análise para a investigação.

A pesquisa será desenvolvida a partir de uma perspectiva ética, crítica e dialética. Por se tratar de políticas educacionais, a análise crítica pretendida parte dos conceitos de direito, justiça social e cidadania. Segundo Mainardes (2009), tal empreendimento demanda um grande esforço do pesquisador em

- articular o tema de pesquisa com o contexto político e socioeconômico mais amplo (determinações mais amplas), bem como com o conjunto de políticas implementadas;

⁴ Disponível em <<http://www.oei.es/alfabetizacion/informepaises.pdf>> Acesso em 18.01.2012.

- evitar análises voltadas à mera legitimação de políticas ou à sua justificação;
- buscar explicitam possíveis processos de reprodução de desigualdades, de exclusão ou de inclusão “precária, instável, marginal⁵”;
- assumir uma atitude contrária a qualquer seletividade no processo de distribuição do conhecimento e o compromisso com a elevação do nível cultural das massas⁶ (MAINARDES, 2009, p. 8).

A escolha destes países se deve ao momento político, econômico e social no qual estão imersos atualmente. Ambos possuem presidentes com aspirações políticas de esquerda. Na ciência política “a esquerda é uma oposição (política), que implica o apoio a uma mudança do enfoque social, do governo em exercício, com o intuito de criar uma sociedade mais igualitária”⁷ e justa. Considerações sobre justiça são aplicadas nas situações em que estão envolvidas demandas diversas e conflitos de interesses entre duas pessoas ou grupos, assim Figueiredo alerta que a “justiça tem a ver como a maneira segundo a qual benefícios e encargos, ganhos e perdas são distribuídos entre os membros de uma sociedade, como resultado do funcionamento de suas instituições” (FIGUEIREDO, 1997, p 74).

Nas eleições presidenciais de 2002 no Brasil, foi eleito pela primeira na história do país pelo voto direto um governante proveniente das camadas populares, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Este se reelege em 2006 e finaliza o seu segundo mandato em 2010, passando a faixa presidencial, em 01 de janeiro de 2011, para Dilma Rouseff, primeira mulher a governar o país, do mesmo partido.

A República Bolivariana da Venezuela vive, há mais de uma década, um momento político de forte manifestação esquerdista. Seu presidente foi eleito pela primeira vez em 1998 e reeleito em 2006. Governa o país até os dias de hoje, e sua

⁵ Sobre este item verificar: MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

⁶ Sobre este item verificar: DUARTE, Newton. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na Pós-graduação em Educação. Perspectiva, Florianópolis, v. 24, n.1, jan./jun. 2006.

⁷ Ideologias Políticas Contemporâneas. Disponível em <<http://2bgalois.wordpress.com/esquerda-x-direita/>> Acesso em 24.01.2012.

atuação de governo está centrada em princípios socialistas, distanciando-se dos governos neoliberais, cujo intuito é a busca de um caminho rumo ao socialismo do século XXI. Para tanto mantém a ideia de um governo endógeno, na busca da satisfação social dos seus cidadãos através do combate à pobreza e promoção da inclusão social. Gentile argumenta “la inclusión es un proceso democrático integral que involucra la superación efectiva de las condiciones políticas, económicas, sociales y culturales que producen históricamente la exclusión” (GENTILE, 2009, p. 35). Não obstante, no sentido educacional a Venezuela caminha para

En la actualidad la educación venezolana está en transición de un modelo de orientación neoliberal excluyente hacia el llamado sistema de educación bolivariana, e estricto corte inclusivo, en el cual se concibe la educación como un continuo humano, ubicando su centro de gravedad en la persona y no en el aspecto administrativo. La concepción de sistema permite ubicar la educación adecuada a cada período de desarrollo del ser humano como un subsistema que atiende la especificidad, sin perder la integralidad (OEI, 200-).

O Brasil, por sua vez, mantém uma posição de abertura econômica com os demais governos do mundo. Tal postura se dá em função do processo de globalização mundial, o que faz com que estudos comparados internacionais estejam ao alcance dos pesquisadores. Segundo Mainardes “a globalização promove a migração de políticas, mas essa migração não é uma mera transposição e transferência, pois as políticas são recontextualizadas dentro de contextos nacionais específicos” (MAINARDES, 2006, p. 52).

Na atual fase da globalização, segundo Trojan & Sanchez “ainda que não ocorra com a mesma intensidade no espaço da investigação acadêmica, os estudos comparados têm sido objeto constante de governos e organismos multilaterais, adquirindo cada vez mais destaque no atual processo de globalização” (TROJAN; SANCHEZ, 2009).

Estudos comparados principalmente no âmbito das políticas educacionais têm apresentado quadros estatísticos quantitativos e qualitativos, no que se refere à qualidade e eficiência, segundo Trojan e Sanchez “no âmbito da avaliação de

políticas, especialmente as educacionais, a comparação é utilizada para demarcar parâmetros de qualidade e modelos de eficiência” (TROJAN; SANCHEZ, 2009).

No entanto, a partir do viés quantitativo, os números estatísticos de ordem crescente ou decrescente trazem dados frios de uma realidade sem a objetividade que um olhar crítico e mais apurado revelaria. Ao analisar determinado dado estatístico, a pesquisa pode não revelar as entrelinhas da realidade social pesquisada, que decorre de cada contexto específico. Desta forma bons conceitos, bem como a falta da equidade não são observados de forma adequada. Só se compara quando se tem ao menos dois dados de mesma natureza para poder estabelecer uma relação, cuja meta é a busca de novos conhecimentos e o próprio autoconhecimento, com vistas a superar o que está posto. O princípio de comparação segundo Franco

[...] é a questão do outro, o reconhecimento do outro e de si mesmo pelo outro. A comparação é um processo de perceber as diferenças e semelhanças e de assumir valores nessa relação de mútuo conhecimento. Trata-se de entender o outro a partir dele mesmo e, por exclusão, se perceber na diferença (FRANCO, 1992, p.2).

Compara-se o tempo todo no cotidiano, no senso comum entre a grande maioria da população a comparação é utilizada de forma espontânea nas suas múltiplas análises e interpretações dos fatos. Na investigação científica isto não é suficiente, os diversos ramos das ciências sociais devem servir de suporte e embasamento para possíveis explicações dos fenômenos da sociedade.

Estudos comparados em educação ajudam a revelar os problemas da escola e da educação como um todo em uma determinada sociedade a partir do olhar de fora. Dessa forma, podem vir a contribuir na formulação de políticas para a eliminação ou a diminuição dos diversos males que afligem a educação e contra as várias mazelas sociais, no que diz respeito à erradicação do analfabetismo ou ao menos à diminuição das altas taxas de analfabetismo. Assim, a comparação torna-se um bom instrumento para conhecer melhor o próprio sistema educacional, pois

Só quando comparamos o sistema educacional de nosso próprio país com o de outros, é que tomamos consciência de certos aspectos distintivos da

educação nacional e, então, passamos a elaborar critérios que mais judiciosamente nos permitirão interpretar semelhanças e diferenças. (...) Sempre que tomarmos nossa própria cultura como único ponto de referência, tenderemos a centrar nela todas as nossas reflexões, deixando de considerar aspectos e dimensões que apenas uma visão mais abrangente e diferenciada pode nos assegurar. (...) Assim, ao alargar nosso campo de visão, a Educação Comparada transforma-se, também, não apenas num veículo de cultura pedagógica, mas num instrumento de conhecimento mais profundo de nossa própria realidade, à luz da experiência de outros povos (BONITATIBUS, 1989, p. 14-15)

O conhecimento é o resultado dialético do processo que se realiza entre o sujeito que aprende e o objeto que é apreendido. Para tanto, trocas de experiências entre países sobre políticas sociais públicas e, neste caso, as educacionais, são fundamentais para o sucesso da implementação de políticas que buscam a eficiência, a eficácia e a efetividade, onde mais importante do que o ponto de partida é o ponto de chegada na promoção da igualdade entre todos os cidadãos.

Diante do exposto acima, a metodologia de pesquisa se fundamenta no método do estudo comparado, que permite comparar semelhanças e diferenças entre diferentes sistemas de ensino de dois ou mais países.

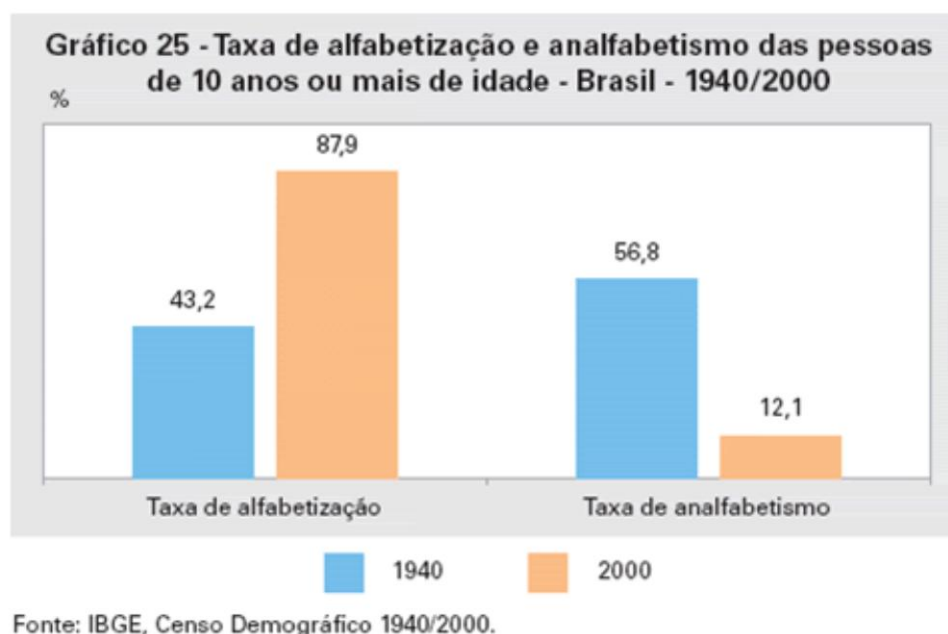
Os governos do Brasil e da Venezuela, no que se refere às políticas de igualdade, afirmam que estão comprometidos com os conceitos de justiça social, “justiça, ademais, implica comparação” (FIGUEIREDO, 1997, p. 74). O conceito de justiça social surge em meados do século XIX, porém desde Aristóteles e Tomaz de Aquino o mesmo já é proclamado, “numa sociedade onde haja justiça social, os direitos humanos são respeitados e as classes sociais mais desfavorecidas contam com oportunidades de desenvolvimento”⁸, isto implica o compromisso do Estado para com a sua população, ou seja, o compromisso dos mandatários para com os mandantes que os elegeram. O Estado é essencial na garantia da igualdade de direitos a todos os seus cidadãos.

Desde o governo Lula, o Brasil teve um avanço significativo no campo das políticas sociais, entre as quais as educacionais também foram contempladas. Para

⁸ Disponível em <<http://conceito.de/justica-social>> Acesso em 15.01.2012.

esse avanço, a Constituição de 1988, apelidada de “cidadã”, deu o primeiro “pontapé” na democratização do país. Mas, apesar dos avanços sociais, o Brasil ainda está longe de erradicar o analfabetismo do seu território, o que atinge de forma “desastrosa” o desenvolvimento do país e principalmente o desenvolvimento do indivíduo como cidadão, o qual se encontra assim desprovido dos direitos básicos e tem a sua participação prejudicada na sociedade na qual vive, trabalha e estuda.

Em 2006, com base nos dados do Censo (IBGE, 2000), contabilizou-se 16 milhões de analfabetos no Brasil. O gráfico abaixo nos revela



Segundo o gráfico acima, o Brasil aumentou a sua taxa de alfabetização de 1940 para 2000 e diminuiu o número de analfabetismo consideravelmente em porcentagem, porém em números absolutos, o país manteve o mesmo número de analfabetos no mesmo período, ou seja, 16,4 milhões de analfabetos.

De acordo com o Relatório de Monitoramento Global (UNESCO, 2008), em suas projeções, no que concerne às taxas de analfabetismo dos países para o ano de 2015, o Brasil sinaliza para o não cumprimento da meta de elevação dos índices de alfabetização e de diminuição da metade da taxa de analfabetismo. No Brasil em

1999, esta taxa estava na casa dos 12,3%, e de acordo com a estimativa deste relatório ficará em torno de 7% em 2015 e segundo estimativas da CEPAL (1984) ficará um pouco acima deste índice, porém ainda abaixo do desejável, como revela o quadro abaixo:

Quadro 01 – TAXAS DE ANALFABETISMO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

(1950 – 2015) em %

PAÍS	1950	1960	1970	1980	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Brasil	51	39,4	31,6	24,0	18	15,3	13,1	11,1	9,6	8,2
Venezuela	-	-	23,7	16,1	11,1	9,1	7,5	6,0	4,8	3,9

Fonte: Elaboração própria sobre a base de Nassif, Rama y Tedesco, 1984; e de CEPAL/CEPALSTAT, Bases de Dados e Publicações Estatísticas da América Latina e do Caribe: <<http://websie.eclac.cl>>. In: <<http://www.rieoei.org/rie49a01.pdf>> Acesso em 18.01.2012.

Contrariando as projeções negativas da CEPAL que indicavam a permanência de 6% de analfabetismo, a Venezuela foi declarada território livre do analfabetismo pela UNESCO em 28 de outubro de 2005, após implementar o método cubano “Yo, si puedo” através do programa educativo *Missão Robinson I*. Assim, justifica-se a necessidade de se investigar por quais caminhos este país trilhou para alcançar feito de tal magnitude, pois isto pode auxiliar o Brasil a buscar um caminho para erradicar ou ao menos diminuir de forma significativa os altos índices de analfabetismo que ainda se mantém. Desta forma, quais são as lições que o Brasil tem para aprender com as políticas educacionais adotadas pelo governo venezuelano? O método de comparação auxilia a pensar através identificação de semelhanças e diferenças, avaliar os pontos positivos e negativos das políticas adotadas em cada país.

Nesta perspectiva, a necessidade de se conhecer o contexto político, econômico e social dos países envolvidos para comparar a formulação das políticas educacionais de combate ao analfabetismo e da continuidade dos estudos da população pouco escolarizada é imprescindível para a tomada de decisões, “assim um programa é o resultado de uma combinação complexa de decisões de diversos

agentes” (ARRETCHE, 2002). Mainardes (2009) pontua sobre o processo de formulação de políticas públicas quando

[...] a tomada de decisão não representa o ponto de partida das políticas públicas. Ela é precedida de ações, disputas e processos de negociação [...] a análise de políticas demanda levar em consideração uma multiplicidade de aspectos, tais como: a estrutura social, o contexto econômico, político e social no qual as políticas são formuladas; as forças políticas; e a rede de influência que atuam no processo de formulação de políticas e de tomada de decisões nas diferentes esferas. Considerar esse conjunto de influências implica levar em consideração o fenômeno da globalização em toda a sua complexidade, a influências das agências multilaterais, as arquiteturas político-partidárias nacionais e locais, bem como a influência de indivíduos, grupos e redes políticas (MAINARDES, 2009, p. 9-10).

O Brasil, conta hoje com amplas campanhas de alfabetização distribuídas em vários programas educativos, os quais se concretizam através das ações do governo federal e da sociedade civil. Desde a metade do século XX, a educação de jovens e adultos na América Latina e no Caribe, esteve ligada a movimentos populares, conforme a UNESCO

Desde hace décadas, la región ha desarrollado valiosas experiencias de educación de adultos no formales o de educación popular, particularmente aquellas promovidas por organizaciones de la sociedad civil que se levantaron como alternativas contestatarias durante los regímenes autoritarios. Luego, con el advenimiento de las democracias, algunas fueron subsumidas por programas gubernamentales y otras perdieron continuidad y vigencia. Para rescatar estas experiencias, es necesario llevar a cabo un esfuerzo de **sistematización, evaluación** y, en algunos casos, de **reformulación**, con el objeto de hacerlas converger hacia las actuales respuestas que demandan las nuevas necesidades educativas de la población adulta. Elaborar esta síntesis y proyectar experiencias demanda diálogo político e imaginar articulaciones entre las distintas modalidades existentes, sobre la base del reconocimiento y certificación de competencias que garanticen elevados estándares de calidad [sem grifo no original] (UNESCO, PRELAC, 2007, p. 89).

Atualmente no Brasil, os programas da educação de jovens e adultos, na sua maioria, dizem respeito somente à alfabetização na fase inicial, com uma abordagem destinada aos chamados analfabetos absolutos, ao passo que a continuidade desse processo nas fases seguintes se esvaziam em poucos programas. A Venezuela, diferentemente, busca manter programas de continuidade dos estudos aos egressos da *Missão Robinson I* (alfabetização) através dos programas: *Missão Robinson II* (educação primária) e *III* (promoção da leitura e na capacitação de ofícios), *Missão*

Ribas (aspirantes a bacharéis) e *Missão Sucre* (ensino superior). Segundo Di Pierro, “todas elas se articulam às missões de saúde e alimentação, bem como a Missão Vuelvan Caras, que compreende a capacitação para o trabalho e subsídios financeiros para cooperativas que reúnam pessoas em situação de pobreza” (DI PIERRO, 2008, p. 234).

Na Venezuela, desde 2003, são desenvolvidos inúmeros programas sociais denominados *Missões Sociais Bolivarianas*, tais missões atuam em conjunto na área da saúde, trabalho, economia solidária, transporte e educação, para tanto são necessárias estratégias de coordenação intersetorial. Segundo a UNESCO “difícilmente un solo programa o servicio puede satisfacer los requerimientos de su desarrollo integral, por lo que es fundamental establecer estrategias de coordinación intersectorial entre instancias del ámbito de la salud, bienestar social, trabajo y justicia” (UNESCO, PRELAC, 2007, p. 86).

Os programas *Brasil Alfabetizado* e *Missão Robinson I* são programas educativos que vêm de encontro com os pressupostos da igualdade de direitos na efetivação do cumprimento da justiça social em território brasileiro e venezuelano. Tal conceito de justiça social é aclamado nas Constituições Federais do Brasil (1988) e Bolivariana da Venezuela (1999) como princípios norteadores de solidariedade humana e promotora da possibilidade de mobilidade social e eliminação da pobreza dentro de um projeto de inclusão social mais amplo. Segundo Mainardes e Marcondes, “a vantagem do conceito de justiça social é de que é um conceito inclusivo, que não é específico à raça, classe, deficiência ou sexualidade: abarca uma concepção ampla de questões de equidade, oportunidade e justiça” (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 307).

Ao pensar a educação de jovens e adultos se observam dois tipos distintos de sujeitos: o primeiro que é analfabeto absoluto e nunca esteve na escola, necessita de programas voltados para atender esta realidade e o segundo, são jovens e adultos com pouca escolarização, que abandonaram a escola regular básica nos anos iniciais ou finais em algum momento do seu percurso.

São inúmeros os questionamentos que podem provocar distintas posturas e decisões em relação à erradicação do analfabetismo: Onde se localiza o foco da desarticulação entre sujeitos que estão fora do processo escolar e a ação do Estado, que deveria garantir o acesso à escola, com permanência e qualidade de ensino? É a evasão escolar que não garante a permanência do aluno por “n” problemas dentro e fora dos muros escolares? É a ausência de políticas articuladas entre si que venham garantir qualidade de vida ao educando assim garantir também qualidade do ensino? É a ausência de integração entre educação básica e a modalidade da educação de jovens e adultos? Ou, por fim, é a falta de financiamento que inviabiliza o cumprimento da política pública? A resposta afirmativa a todas as perguntas enunciadas revela possíveis hipóteses que essa pesquisa pretende investigar.

Segundo Muller e Surel “[...] a ação pública (policies) [...] designa o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, isto é, dispositivos políticos-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos” (MULLER; SUREL, 2002, p. 11). Cobrar a ação pública, com maior intensidade pelos sujeitos sociais que buscam a igualdade no ponto de chegada, pode ser uma das possíveis saídas para erradicar o analfabetismo no país pela coerção da ação do Estado. Muller e Surel definem que “fazer uma política pública não é, pois, ‘resolver’ um problema, mas sim, construir uma nova representação dos problemas que implementam as condições sociopolíticas de seu tratamento pela sociedade e estrutura, dessa mesma forma, a ação do Estado” (MULLER; SUREL, 2002, p. 29).

Referências Bibliográficas

ARRETCHE, Marta. **Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas.** Disponível em http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/Arretche_2002.pdf Acesso em 15.11.2011

BONITATIBUS, Suely Grant. **Educação Comparada:** conceito, evolução, métodos. São Paulo: EPU, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 05/10/1988. Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Acesso em 05.05.2011.

_____. **Emenda Constitucional nº 64 de 2010**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm

Acesso em 15.10.2011.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 3994 de 20/12/1996. Brasília, DF.

_____. **Decreto nº 4834**, de 8 de setembro de 2003. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111196/decreto-4834-03> Acesso em 20.01.2012.

_____. **Alfabetização de Jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. UNESCO, 2008. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001626/162640por.pdf> Acesso em 15.10.2011.

_____. **Relatório de monitoramento de educação para todos Brasil 2008: educação para todos em 2015, alcançaremos a meta?** UNESCO, 2008. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001592/159294POR.pdf> Acesso em 10.08.2011.

_____. IBGE. **Estudo revela 60 anos de transformações sociais no país**. http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=892&id_pagina=1 Acesso em 31.01.2012.

DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de Jovens e Adultos na América Latina e Caribe: trajetória recente**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0638134.pdf> Acesso em 18.01.2012.

FIGUEREIDO, Argelina Cherubin. **Princípios de justiça e avaliação de políticas**. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, 1997 nº 39, CEDEC, p. 73-103.

FRANCO, Maria A. Ciavatta. **Estudos comparados em educação: uma discussão teórico-metodológica a partir da questão do outro**. In: CIAVATTA FRANCO, M. A. (Org.) Estudos Comparados e educação na América Latina. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, 1992, p.13-35.

GENTILI, Pablo. **Marchas e Contramarchas. El derecho a la educación y las dinámicas de exclusión incluyentes em América Latina (a sesenta años de la declaración universal de los derechos humanos)**. Disponível em <http://www.rieoei.org/rie49a01.pdf> Acesso em 18.01.2012.

HADDAD, Sérgio. **A situação atual da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil.** CREFAL, México, 2008. Disponível em <http://tariacuri.crefal.edu.mx/crefal/crefal2011/cooperacion/descargas/informes_nacionales/brasil_portugues.pdf> Acesso em 08.05.2011.

IANNI, Otavio. **A idéia de Globalismo.** In: A Era IANNI, O. A Era do Globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 237.

MAINARDES, Jefferson. **Análise das Políticas Educacionais:** breves considerações teórico-metodológicas. Revista Contrapontos, volume 9 n° 1 – Itajaí, jan/abr 2009, p. 4–16.

_____. **Abordagem do ciclo de políticas:** uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educ. Soc., Campinas, vol 27, n. 94, p. 47-69, jan/abr.2006.

MAINARDES, Jefferson. MARCONDES, Maria Inês. **Entrevista com Stephen Ball:** um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Educ. Soc., Campinas, vol 30, p. 303-318, jan/abr 2009.

MULLER, Pierre, SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas.** Pelotas: EDUCAT, 2002. Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferraro.

ONU. OEI. **Plan Iberoamericano de alfabetización y educación básica de personas jóvenes y adultas. 2007 – 2015. Informes de países,** OEI, 200-. Disponível em <<http://www.oei.es/alfabetizacion/informepaises.pdf>> Acesso em 18.01.2012.

_____. CEPAL. **Panorama social da América Latina 2010 – Documento Informativo.** Disponível em <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/6/41806/PSP-panoramasocial2010.pdf>> Acesso em 19.01.2012.

_____. **Education for All: Global Monitoring Report 2006 Literacy for Life.** Paris, França, 2005. Alfabetização: um desafio inadiável. Relatório de Monitoramento Global. 2006. São Paulo: Moderna, 2006. (Tradução em português).

_____. UNESCO. **Education for All: Global Monitoring Report 2006 Literacy for Life.** Paris, França, 2005. Alfabetização: um desafio inadiável. Relatório de Monitoramento Global. 2006. São Paulo: Moderna, 2006. (Tradução em português).

_____. **Relatório de Monitoramento Global de EPT.** A crise oculta: conflitos armados e educação. Relatório Conciso, 2011. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001911/191186por.pdf>> Acesso em 26.01.2011.

_____. PRELAC. **Uma trajetória para a educação para todos. Panorama sócio-educacional: cinco visões sugestivas sobre a América Latina e o Caribe.** Revista PRELAC / Ano 1 / N° 0 / Agosto de 2004. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001372/137293por.pdf>> Acesso em 14.11.2011.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para todos. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** 1990. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> Acesso em 14.10.2011.

_____. **Educación de calidad para todos um asunto de derechos humanos.** Documento de discusión sobre políticas educativas em el marco de la II Reunión Intergubernamental del Proyecto Regional de educación para América Latina y el Caribe (EPT/PRELAC), Argentina, 2007. OREALC/UNESCO Santiago. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150272s.pdf>> Acesso em 18.11.2011.

REGNAULT, Blas. **A situação atual de educação de pessoas jovens e adultas na Venezuela.** CREFAL, México, 2008. Disponível em <http://tariacuri.crefal.edu.mx/crefal/crefal2011/cooperacion/descargas/informes_nacionales/venezuela.pdf> Acesso em 02.09.2010.

TROJAN, Rose Meri. SANCHEZ, Miriam Mabel. **Educación Comparada: considerações teórico-metodológicas no contexto da globalização.** Disponível em: <www.saece.org.ar/docs/congreso3/Trojan2.doc> Acesso em 22.09.2010.

VENEZUELA. **Misiones Bolivarianas.** Caracas. Ministério de Comunicación e Información. 2006. Colección Temas de Hoy.

_____. **Projeto de Reforma Constitucional apresentado pelo presidente da República Bolivariana da Venezuela Hugo Rafael Chávez Frías.** Disponível em <http://www.lapatriagrande.net/01_venezuela/01_reforma_constitucional/Reforma_Constitucional_portugues.pdf> Acesso em 02.11.2011.

_____. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela.** Gaceta Oficial n. 5453E de 24 de marzo de 2000a.

_____. **Ley Orgánica de Educación.** In: **Ley Orgánica de Educación con su Reglamento.** Venezuela: Gaceta Oficial, n. 2653. Extraordinario del 28 de julio de 1980.

_____. Ministerio de Educación. **Ley Orgánica de Educación.** 2009.

_____. **Las Misiones Sociales em Venezuela: uma aproximación a sua comprensión y análisis.** Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales – ILDIS. D'Elia, Yolanda (coordinadora). Venezuela, 2006. Disponível em <<http://www.venescopio.org.ve/docs/misiones1.pdf>> Acesso em 12.10.2011.